“Desejos de Memória”¹, proposta de criação do Museu de Território do Morro Grande

Prof.^a Dr.^a Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Email: cristinahistoria074@gmail.com

Introdução

O Município de Cotia pertencente à Região Metropolitana de São Paulo, localizado a 30 km da Capital paulista, é reconhecido como parte do Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo², sendo que cerca de 30% de seu território atualmente é ocupado pela Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG), criada através da Lei Estadual n.º 1.949, de 4 de abril de 1979 e tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), no ano de 1981. O tombamento teve como destinação específica a preservação do ambiente natural quanto à sua flora, fauna e proteção dos mananciais.

Vizinho à RFMG se encontra o Sítio do Padre Inácio, que no ano de 1944 foi incorporado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (*Iphan*) por doação do advogado Rivadavia Mendonça e nos anos de 1947/1948 foram realizadas as primeiras obras de restauração no imóvel e por fim, em 1951 o Sítio do Padre Inácio foi tombado pelo *Iphan*.

Figura 1

- 1 CHAGAS, M. de S. Cultura, patrimônio e memória. **Revista Museu**, 18 maio 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2OORHYS>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- 2 Cinturão verde é uma área verde que pode ser composta por parques, chácaras, reservas ambientais, jardins ou pomares localizados ao redor de uma cidade – na área periférica.

Em decorrência das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, uma casa típica da arquitetura rural paulista do século XVI, no bairro do Butantã, foi transformada na morada do **destemido, do bravo e heroico povo bandeirante**, passando a ser caracterizada como **Casa Bandeirista**, título lavrado por Luís Saia, servindo de denominação para os exemplares da arquitetura colonial rural paulista.

Ao analisarmos o acervo documental da Nona Superintendência do Iphan referente ao tombamento e projeto de uso para a Casa Grande do Sítio do Padre Inácio, verifica-se a existência de um projeto similar ao da Casa do Bandeirista do bairro do Butantã, ou seja, o de transformar o bem patrimonial em um museu regional, projeto que foi abandonado pelo Iphan e pela Prefeitura de Cotia, mas a comunidade, por sua vez, ainda hoje se refere ao Sítio do Padre Inácio como Museu.

A escolha do território da RFMG e o seu entorno como objeto de estudo se deu por apresentar diversos conflitos socioambientais influenciados pela dinâmica do desenvolvimento econômico e urbano da região, como também pelo “desejo de memória” da sua comunidade.

Passados dez anos da elaboração do Plano Diretor do Município de Cotia o que se verifica é que a RFMG ainda não foi enquadrada em uma das categorias permanentes de unidade de conservação, conforme a exigência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc)³, e nem sequer foi elaborado o plano de manejo para a RFMG.

A criação da RFMG através da Lei Estadual n.º 1.949, de 4 de abril de 1979, e o seu tombamento realizado pelo Condephaat no ano de 1981 corresponderam ao desfecho da luta do movimento ambientalista contrário ao projeto de construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins, no período de 1975 a 1978 (SILVA, 2003).

3 Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto n.º 5.746, de 5 de abril de 2006. Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006.

Nesse momento foi excluído do tombamento o conjunto de edificações da antiga vila dos trabalhadores da DAE⁴ – atual propriedade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Constituída por 52 casas, construídas entre as décadas de 1910 e 1930 com o objetivo de alojar os trabalhadores responsáveis pela construção e conservação da barragem da **Cachoeira da Graça** (1914-1917) e da barragem **Pedro Beicht** (1927-1933). A mesma exclusão ocorreu com a história, memória e os saberes e fazeres da comunidade da RFMG e de seu entorno que, por sua vez, não foram registrados pelos órgãos responsáveis por sua preservação, ou seja, pelo Iphan e Condephaat.

Acreditávamos que a delimitação territorial seria o que é atualmente somente o bairro do Morro Grande, local em que se encontra a antiga Vila dos Trabalhadores do DAE e o Sítio do Padre Inácio, mas ao realizarmos as entrevistas, descobrimos que esse território é referência para as manifestações espirituais e culturais que ocorrem no seu entorno.

Portanto, temos como recorte espacial e temporal a região do bairro do Morro Grande, onde se localiza a Estação de Tratamento do Alto Cotia, a Vila dos trabalhadores da antiga DAE (1920-1950) e o Sítio do Padre Inácio – tombado pelo Iphan na década de 1950 –, além dos bairros vizinhos – em direção à São Paulo –, partindo da RFMG, que se originaram a partir das décadas de 1970 e 1980 no momento em que o Município passou a ser alvo da especulação imobiliária com apoio, inclusive, da gestão pública, privilegiando a urbanização da região mais do que o seu aspecto rural, é o caso do Jardim Sandra, localizado na área adjacente à várzea do rio Cotia, dos bairros Jardim Santana e São Joaquim. E seguindo aos sentidos do interior de São Paulo, o Distrito de Cotia Caucaia do Alto,

4 Partes dessas casas atualmente ainda permanecem habitadas por esses antigos trabalhadores e os seus familiares. Divididas entre casas dos engenheiros, administradores e as casas dos “conserveiros” – como eram chamados os trabalhadores responsáveis pelas obras de manutenção dos aquedutos, da barragem e vila –, além da edificação do Grêmio Recreativo, campo de futebol e clube com piscina para os funcionários – a qual atualmente desativada. No ano de 2016, oito dessas casas foram destruídas por um incêndio, sobrando somente as estruturas.

bairro da Estação, onde temos a estação ferroviária, fundada na década de 1930, bairros esses locais, em que encontramos manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas, assim como diversos terreiros, o Grupo da Congada do Seu Dito e a folia de reis da família do Seu Casemiro. Importante dizer que a escolha se faz por esses bairros também por serem pertencentes ao que deveria ser a Zona de Amortecimento da RFMG⁵.

Figura 2

A historiografia oficial do Município remete brevemente à ocupação de seu território por povos tradicionais, que deram origem ao nome da cidade, Koty e responsáveis pelo caminho, possibilitando a “odisseia povoadora” dos “bravos, heroicos, bandeirantes”; mas ao que se refere à presença africana no território, não se escreve uma linha.

5 A **Zona de Amortecimento (ZA)**, chamada também de Zona Tampão é uma área estabelecida ao redor de uma unidade de conservação com o objetivo de filtrar os impactos negativos das atividades que ocorrem fora da qual, tais como ruídos, poluição, espécies invasoras e ao avanço da ocupação humana, especialmente nas unidades próximas a áreas intensamente ocupadas. Foi criada pelo Artigo 2º, Inciso XVIII da Lei do Snuc (Lei n.º 9.985/2000), que a define como o “[...] entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. As zonas de amortecimento não fazem parte das UC, mas estão localizadas no seu entorno, têm a função de proteger sua periferia, ao criar uma área protetiva que não só as defende das atividades humanas, como também previnem a fragmentação, principalmente o efeito de borda.

Curiosamente, vale lembrar que Cotia, de 1790 a 1819, era uma região rural, voltada para a economia de subsistência, em que a “[...] posse de escravos encontrava-se amplamente difundida entre a população, destacando-se como proprietários os religiosos, os militares, as mulheres e os roceiros”. (SCHLEUMER, 1999, p. 148-159)

Esses bairros periféricos da Cidade de Cotia, no entorno da RFMG, foram constituídos na sua maioria por migrantes nordestinos, cujas histórias ficaram preservadas em suas manifestações culturais, em uma dinâmica de reterritorialização a partir de processos de resistência e se apresenta com demarcações físicas e simbólicas da identidade coletiva e individual afrodescendente.

Para a compreensão consistente sobre o patrimônio cultural existente na RFMG e o seu entorno se faz necessário entender esse espaço em sua complexidade. Milton Santos (2008, p. 103) o compreende como um “[...] conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]”, conformado em um sistema de valores em constante transformação. E mais, se por um lado o espaço é formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, por outro é animado pelas ações atuais que lhe atribuem dinamismo e funcionalidade, configurando, assim, um espaço forma-conteúdo.

Podemos, então, avaliar o meio ambiente, onde se insere a fauna e flora e os seus mananciais ali existentes, a sua paisagem de grande relevância cênica e o entorno, que é a constituição das comunidades que permeiam os arredores da Reserva Florestal do Morro Grande, o Sítio do Padre Inácio e a estação ferroviária de Caucaia. Esses são fatores substanciais para a compreensão da dinâmica social que tanto interessa ao estudo do patrimônio cultural.

Foi somente após a década de 1970 que modificações mais profundas começaram a ocorrer na concepção de patrimônio, embasadas em uma visão inicial reducionista, que enfatizava os aspectos históricos consagrados por uma historiografia oficial; foi-se projetando, então, para uma nova e mais ampla perspectiva, incluindo o “cultural”, incorporando o “histórico”, valorizando elementos que antes eram desconhecidos

e marginalizados, tais como os produtos e as práticas culturais de um povo, de lugares de memória e do patrimônio ambiental⁶.

O tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande representa a ampliação do conceito de patrimônio como também as transformações que estavam ocorrendo na estrutura dos órgãos responsáveis pela preservação desses bens patrimoniais – Iphan/Condephaat –, tal como Marly Rodrigues (2000, p. 77) assinala:

A abertura do Condephaat à proteção do meio ambiente configura um arejamento da instituição sobre a política de preservação, provocado pela própria ampliação do conceito de patrimônio e o arejamento provocado na própria instituição com novas ideias.

No ano de 1988, a Constituição Federal adotou a denominação **patrimônio cultural no lugar de histórico, artístico, arquitetônico**, indicando maior abrangência de elementos que passariam a compor o patrimônio cultural. O supracitado Artigo 216 da Constituição brasileira, em seu Parágrafo 1º ainda registra que o “[...] Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação”.

A Constituição brasileira, ao inserir o papel da comunidade como colaboradora da preservação do patrimônio, demonstra a compreensão desta como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes.

Ao analisarmos os documentos referentes ao processo de tombamento da RFMG⁷ concordamos

com Zanirato e Ribeiro ([20--?]), para quem a preservação do patrimônio ambiental “[...] se dá muito menos pelo reconhecimento da identidade a quem nela vive e mais por um enfoque biológico e utilitarista [...]”, como pelos atributos que lhe conferem beleza cênica, valores climáticos e a necessidade das águas da bacia do rio Cotia para o abastecimento da Cidade de São Paulo e de sua utilização ao turismo.

Do ponto de vista conceitual, com a intenção de elaborar diretrizes metodológicas para a implantação de um projeto museológico que contemple a comunidade do bairro do Morro Grande, seguimos os princípios contidos na Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Conselho Internacional de Museus (Icom) (1972)⁸, que contou com a orientação de Hugues Varine Bohan⁹, inaugurando o conceito de patrimônio integral e o debate sobre a função social do museu, bem como o engajamento social e político da Educação Museal alicerçada pela pedagogia da libertação, esta postulada por Paulo Freire.

Na década de 1980 foi organizada a Nova Museologia, que incorporou em suas ideias centrais a noção de um museu aberto, voltado à vida humana e plenamente comprometido com os problemas sociais das comunidades. Nesse sentido, o Novo Museu se voltou para três elementos primordiais: a identidade local, perspectiva ecológica e participação da população. Assim, enquanto no museu clássico existe o objeto e a coleção, na Nova Museologia são considerados todos os bens culturais de um território, de uma região.

6 O patrimônio cultural refere-se às manifestações materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que afirmam e promovem a identidade cultural de um povo e que são transmitidas de geração a geração. Uma definição como essa implica em compreender que os seres humanos são produtores de cultura e que a identidade cultural de um povo é forjada no meio em que ele vive. Por isso, o ambiente também é patrimônio (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008).

7 Resolução n.º 21, de 20 de junho de 1981, publicada no Diário Oficial em 26 de junho de 1981.

8 O Conselho Internacional de Museus reúne museus e profissionais dessa área ao longo do Planeta, instituições e pessoas dedicadas à conservação, preservação e difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade. O seu site está disponível em: < <http://bit.ly/33qsFmW> >. Acesso em: 24 abr. 2012.

9 Formado pela Universidade de Paris, com Pós-Graduação em História e Arqueologia, Hugues de Varine foi diretor do Icom e despontou como um dos principais teóricos da chamada Nova Museologia, que deu outra dimensão à função social dos museus, influenciando na Mesa de Santiago do Chile, em 1972. (Fonte: <<http://bit.ly/2IR4aHG>>, acesso em: 11 set. 2017)

Dessa forma, o museu pode ser entendido enquanto instituição ou processo que lida com o patrimônio material e imaterial através de sua coleta ou registro, salvaguarda, pesquisa e difusão, atuando com a sociedade e visando o seu desenvolvimento cultural e socioeconômico (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2005; DE OLIVEIRA, 2015).

Considerações Finais

Em oposição a outros projetos de usos que foram elaborados para a região estudada e com a compreensão de que a produção e gestão desse patrimônio devem ser realizadas com a participação de sua comunidade por meio de seu envolvimento e da valorização de sua memória e dos seus saberes locais, propomos a elaboração de diretrizes metodológicas para a criação de um ecomuseu, ou museu de território.

É com base na Nova Museologia e por meio de suas próprias narrativas de memórias que pretendemos envolver a comunidade, ao realizar um inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, seleção e o registro das referências culturais mais significativas para as suas memórias e histórias sociais.

No campo da Museologia, o recurso permite estabelecer diálogos entre as pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, assim como propor conjuntamente produtos difusores das ações de memória. Dentro do âmbito do inventário participativo realizaremos encontros com a comunidade, que chamaremos de **rodas de memória**, o que possibilitará abordar questões que perpassam os temas: **memória, cultura, patrimônio, políticas culturais, museu e cidadania**.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2002.
- _____. **Resolução n.º 21, de 20 de junho de 1981**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 1981.
- _____. **Ministério do Meio Ambiente**. Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto n.º 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília, DF, 2011.
- CHAGAS, M. de S. Cultura, patrimônio e memória. **Revista Museu**, 18 maio 2013. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos/asp?id=5986>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MAIRESSE, F.; DESVALLÉES, A. *Brève histoire de la muséologie, des inscriptions au musée virtuel*. In: MARIAUX, P. A. (Ed.). **L'objet de la muséologie. Neuchâtel, Suisse: Université de Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie**, 2005. (Col. L'Atelier de Thesis; 2).
- OLIVEIRA, C. A. de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, v. 2, n. 2, p. 34-51, 2015.
- RIBEIRO, W. C.; ZANIRATO, S. H. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. **Revista de História**, n. 158, p. 277-300, 2008.
- RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial; Condephaat, 2000.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SCHLEUMER, F. **Além de açoites e correntes: cativos e libertos em Cotia Colonial (1790- 1810)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SILVA, C. F. da. **Reserva florestal do Morro Grande (Cotia/SP): levantamento de subsídios para propostas de Educação Ambiental**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, [20--].